

(RE) CONSTRUINDO MEMÓRIAS:
A QUESTÃO AGRÁRIA MARANHENSE A PARTIR DOS AUDIOVISUAIS

Jaciara Leite Frazão

Capa

Bruno Sousa

Diagramação

Jaciara Leite Frazão

Texto

Jaciara Leite Frazão

Revisão

Edilena Neves

Este material foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual do Maranhão, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marcia Milena Galdez Ferreira

Frazão, Jaciara Leite.

(Re) construindo memórias: a Questão Agrária maranhense a partir dos audiovisuais/ Jaciara Leite Frazão. – São Luís, 2020.

58 f.

Produto Educacional da dissertação História e memória da Questão Agrária no Maranhão na década de 1980: a linguagem audiovisual como recurso para o Ensino de História.

Orientação da Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

1. Ensino de História. 2. Questão Agrária. 3. Audiovisuais. 4. Manual.

I. Título

CDU: 371.68:333.013.6(035)

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1: Ataque a casa de uma família camponesa.....	19
Imagem 2: Processo de grilagem e expulsão da família camponesa.....	20
Imagem 3: Feira de Santa Luzia (A e B). Repentista (C). Passáro preto (D).....	22
Imagem 4: Assassinato e velório de Elias Costa Lima.....	24
Imagem 5: Depoimento da viúva e filho de Elias Costa Lima.....	25
Imagem 6: Enterro de Elias Zi (A). Faixa: ZIZI- NOSSA LUTA PELA TERRA CONTINUA (B).....	26
Imagem 7: A viuva e os filhos de Elias Zi (A). Filha de Elias Zi (B). C. Filho de Elias Zi. Os filhos de Elias Zi com a mão na cruz (D).....	27
Imagem 8: Acruz no tumulo de Elias Zi.....;	28
Imagem 9: Estrada maranhense.	38
Imagem 10: Coleta de coco babaçu.....	39
Imagem 11: Quebradeiras passando a cerca para coletar coco babaçu.....	40
Imagem 12: Crianças presentes nas atividades das Quebradeiras de coco.....	41
Imagem 13: Coleta e quebra do coco.....	43
Imagem 14: Palmeiras de babaçu cortadas.....	44
Imagem 15: Feira Agroecológica das Quebradeiras de coco babaçu.....	45
Imagem 16: Organização do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB.....	47
Imagem 17: Atividades coletivas das Quebradeiras de coco.....	48
Imagem 18: Reivindicação das quebradeiras de coco babaçu pela aprovação da <i>Lei Babaçu Livre</i>	49

LISTA DE SIGLAS

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COMARCO - Companhia Maranhense de Colonização

COTERMA - Companhia de Terras do Maranhão

ITERMA - Instituto de Terras do Maranhão

MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

APRESENTAÇÃO

Caro(a) colega professor(a),

A Questão Agrária maranhense é um campo de estudo que precisa continuamente ser analisado, haja vista a necessidade de responder a problemas enfrentados no cotidiano de homens e mulheres do meio rural.

Dessa forma, consideramos de grande relevância a produção desse manual didático, que tem como objetivo refletir sobre a Questão Agrária no Maranhão a partir do uso de audiovisuais. Assim, buscamos contemplar através da linguagem cinematográfica a constituição da memória da luta pela terra e pelo acesso aos babaçuais. Dessa forma, intentamos contribuir com a prática docente.

Convidamos você a esta viagem prazerosa e instigante ao meio rural. Boa investigação!

Boa leitura e bom proveito!

Jaciara Leite Frazão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
A Questão Agrária no Maranhão Contemporâneo: muita terra pra pouca gente...8	
Quem matou Elias Zi?.....	16
As quebradeiras de coco de Dom Pedro.....	35
REFERÊNCIAS.....	56



INTRODUÇÃO

As transformações no campo historiográfico ao longo do século XX desdobraram-se em novos pressupostos investigativos a partir da incorporação de novos objetos, fontes, métodos e abordagens interdisciplinares que propiciaram um alargamento do campo da história e do ensino da história. Buscamos traçar nesse manual didático como o diálogo entre Cinema e História pode tornar-se um caminho profícuo para o ensino.

Cinema e história estão destinados a uma parceria que envolve intermináveis possibilidades a serem exploradas pelos historiadores. O cinema como 'forma de expressão' será sempre uma riquíssima fonte para compreender a realidade que o produz e, neste sentido, um campo promissor para a história, aqui considerada área de conhecimento. Como 'meio de representação', abre para esta mesma história possibilidades de apresentar de novas maneiras o discurso e o trabalho dos historiadores, para muito além da tradicional modalidade da literatura que se apresenta sob a forma de livro. (BARROS, 2011, p.198)

O cinema enquanto fonte tem constituído um campo rico e promissor em sala de aula. Tem possibilitado que outras leituras históricas sejam feitas por aqueles que consomem as produções fílmicas, e nos permite refletir sobre esta mesma história. Dessa forma, para abordar a Questão Agrária no Maranhão, trabalharemos com duas produções fílmicas: *Quem matou Elias Zi* (1986) e *As quebradeiras de Dom Pedro* (2016).

Escolhemos essas produções do cineasta Murilo Santos, por serem acessíveis aos docentes na plataforma youtube, por abordarem temáticas voltadas para o meio rural e por constituírem um *lugar de memória* da luta empreendida pelo uso, posse e permanência nas terras maranhense. Ao analisar as obras fílmicas engajadas do cineasta Murilo Santos objetivamos propor uma interpretação da representação da história da questão agrária maranhense a partir dos audiovisuais, entendidos como uma fonte em potencial a ser trabalhada no meio escolar.

O trabalho será estruturado da seguinte forma: inicialmente na primeira parte intitulada ***A Questão Agrária no Maranhão contemporâneo: muita terra pra pouca gente***. faremos uma breve apresentação da temática da Questão Agrária

maranhense, abordando o processo de migração, grilagem, violência, expropriação, o trabalho feminino com o coco babaçu, etc.

A segunda parte será composta da análise fílmica, pontuando elementos importantes para uma reflexão crítica sobre o tema abordado; seguida da seção ***Dialogando com as fontes***, em que serão relacionadas fontes que dialoguem com a temática abordada no filme; ***Indicações de leituras*** que irão propor sugestões de leituras para aprofundamento sobre as temáticas; ***Glossário*** trazendo explicações de palavras-chaves ou pouco utilizadas na meio urbano. Ao longo dos tópicos principais serão sugeridas questões para serem aplicadas aos discentes. Por fim, apresentamos as referências que deram sustentação a esse produto.

Nosso intuito é sugerir, refletir e propor um diálogo das obras fílmicas com um variado leque de fontes, e de certa forma potencializar os diferentes olhares e seus usos, democratizar e enriquecer o ensino-aprendizagem, viabilizando múltiplas interpretações sobre determinados fatos históricos, e não enviesar um único olhar sobre a história. Todavia, ressaltamos que é preciso problematizar cada fonte incorporada ao ofício de reconstruir histórias, não na perspectiva de resgatar o passado, mas a partir das representações das experiências narradas, refletir sobre ele.

Assim, objetivamos reflexões e debates em torno da temática da Questão Agrária maranhense, abordando a linguagem fílmica como passível de leitura historiográfica e considerando seu papel importante ao construir uma memória campesina, ou seja, ser um lugar de memória, combatendo ou pelo menos minimizando os efeitos de uma sociedade que caminha para o esquecimento, como muito bem ressalta Pierre Nora (1993, p.12 e 13). Dessa forma, trabalharemos o cinema como fonte histórica e lugar de memória, buscando refletir sobre as narrativas propostas na linguagem cinematográfica.

A reconstituição do passado, com todas as ressalvas possíveis, tem feito do historiador um perito em quebra-cabeças. Interpelar o passado a partir de questões e desafios que se apresentam no presente é um exercício complexo e instigante para a compreensão da sociedade, e um convite a nos debruçarmos sobre as múltiplas narrativas, em campos marcados por intensas disputas e contradições.

Assim, voltaremos o nosso olhar para a temática da Questão Agrária, um campo minado por disputas, conciliações e contradições. O Maranhão, recorte de nossa análise, carrega marcas de uma experiência histórica de luta pelo acesso e permanência nas terras, *lócus* de intensos conflitos.

Dessa forma, nos debruçamos sobre a experiência de novos e velhos sujeitos que ocuparam, reinventaram e constituíram o Maranhão em uma diversidade cultural permeada por diversas trocas entre as variadas culturas migrantes. Optamos por focar inicialmente o processo de ocupação territorial do Maranhão, pontuando as experiências migratórias, ocorridas principalmente a partir da década de 1920, quando já se tinha presença de fluxos migratórios de nordestinos, e de maranhenses que migravam internamente.

É uma hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920, o que evitará a interrupção do fluxo de nordestinos que já estava se dando e lhe dará uma nova forma que constituirá um marco significativo nas transformações da exploração agropecuária no Brasil. E' também o que emprestará ao Maranhão sua feição atual tão marcadamente agrícola. (VELHO, 1972, p. 96).

O Maranhão foi paulatinamente representado como um “*eldorado*”, uma ideia- imagem¹, disseminada no *imaginário social*². A disponibilização de terras férteis e a oportunidade de recomeçar tornou-se um atrativo para as correntes migratórias.

¹Cf. FERREIRA, Márcia Milena Galdez **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. 2015. Tese de Doutorado- Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, Niterói-RJ, 2015.

² Nessa pesquisa trabalho com o conceito de imaginário social pensado por Sandra Pasavento, como representações coletivas do real. “A representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n.29, p.18, 1995.

As ocupações deram-se inicialmente no Itapecuru, região mais antiga de ocupação, como sinaliza Barbosa (2013, p. 139), “a implantação do sistema rodoviário estadual maranhense foi importante para o processo de ocupação de terras, principalmente na região do Itapecuru, área de ocupação mais antiga”.

No entanto, como afirma Márcia Milena Ferreira (2015, p.25), as disputas pelo acesso à terra, que cada vez se tornava mais escassa, as altas cobranças de foro, desencadearam conflitos entre pequenos e grandes proprietários na região mais antiga do estado do Maranhão, o que configurou um deslocamento em direção ao Médio Mearim.

Uma frente maranhense e uma frente nordestina rumam concomitantemente ao Médio Mearim, região de muitas terras soltas e muitas águas. Os migrantes maranhenses que se dirigem para essa região vêm majoritariamente de áreas de ocupação mais antiga, o Itapecuru e do vale do Parnaíba, onde, provavelmente, o aumento do foro e a impossibilidade de viver como posseiros estimula-os a buscar terras devolutas dentro do próprio estado. (FERREIRA, 2015, p.25 e 26)

Os migrantes que se fixaram na região do Médio Mearim eram advindos, sobretudo, do Ceará e Piauí, e de migrações internas de maranhenses constroem e reinventam suas práticas, com múltiplas experiências nas diversas temporalidades da sua história, onde “o espaço não é um cenário fixo onde se desenrolam histórias, mas um construto histórico e cultural, mutável, fugidio, penetrado e reinventado por múltiplas temporalidades”. (FERREIRA, 2015, p.99).

Na segunda metade do século XX, uma fronteira agrícola foi se expandindo no estado, caminhando em busca de terras livres, dirigiam-se do Itapecuru para os vales úmidos do Médio Mearim, e posteriormente chegariam às terras do Pindaré. “Desse modo, a partir da década de 1950, as frentes de expansão agrícola foram ocupando o estado na direção do Itapecuru para o Mearim e chegando também as chamadas ‘terras livres’ do Pindaré”. (LUNA, 1984, p.4-5).

As famílias camponesas que se fixaram no Maranhão desenvolveram a agricultura, voltando-se principalmente para a rizicultura. Tinham plantações de roça e produziam uma diversidade de produtos. As produções geralmente eram para o seu próprio consumo, em alguns casos era possível fazer a troca de produtos com outras famílias. O extrativismo do coco babaçu também se instituiu como fator importante na economia camponesa, usado tanto para suprir seu consumo como para comprar produtos não produzidos por eles.

A imagem de terras livres e propícias a um novo recomeço por aqueles que rumaram para a região foi paulatinamente transformada em terras cercadas e ocupadas. Os trabalhadores rurais rapidamente se depararam com um cenário de violência generalizada e institucionalizada, que possibilitou a execução de projetos na lógica desenvolvimentista do Estado.

No final da década de 1960, entraria no cenário político maranhense José Sarney como governador do estado do Maranhão, sua eleição foi orquestrada com o apoio direto dos militares.³ Iniciava-se assim, a oligarquia Sarney. O propagado “Maranhão Novo”, difundido na campanha de José Sarney, tem suscitado inquietações: O que o Maranhão viveu de novo? É um questionamento que se faz necessário, diante do mito político que foi e ainda continua por vezes sendo acionado às memórias sociais.

A modernização do Maranhão era o centro de suas propostas, ligada diretamente às diretrizes nacionais, investiu duramente na infraestrutura, e outro aspecto de destaque no seu mandato, foi voltado para o setor agrário, com vultuosos investimentos de setores agroindustriais. O propagado “Maranhão Novo”, difundido em sua campanha, voltou-se para projetos desenvolvimentistas que sinalizavam transformações drásticas, inclusive no meio rural.

Os desdobramentos dos “grandes projetos” (agropecuários e indústrias), resultaram em mudanças significativas no meio rural maranhense. Como afirma Vitor Asselim (2009, p.121) para a realização dos ditos “grandes projetos” era preciso deixar o “terreno limpo” retirando todo empecilho para tal feito. A “limpeza da área” foi uma prática altamente letal que dizimou diversas comunidades camponesas. As terras disponíveis aos grandes projetos, política largamente veiculada nos jornais e nos discursos dos governantes para atrair investimentos, despertaram os interesses dos grandes grupos econômicos do Sul do país e de outras regiões.

Uma oportunidade de obter terras em preços baixos, isenção fiscal para desenvolver projetos voltados para a agropecuária e a indústria. As relações entre os

³A eleição de 1966 para o pleito de Governador do estado foi vencida por José Sarney, dando início a uma oligarquia no sistema político local e com instância nacional. Cf. COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: **História do Maranhão em Tempos de República**. BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JUNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). 1 ed. São Luís/ MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

detentores do capital e o Estado foram de favorecimento, enquanto explodiam conflitos no meio rural.

A conjuntura agrária maranhense, na década de 1960, é um desdobramento de um projeto de âmbito nacional, instituído no governo ditatorial que caminhou em direção à modernização e ao desenvolvimento da economia do país, e no tocante ao campo, pesa a dita modernização da agricultura e um discurso em torno da Reforma Agrária.

Assim, em nome de uma modernização conservadora e do direito absoluto de propriedade, o Estado brasileiro ignorou trabalhadores que há anos obtinham a posse das terras. No Maranhão foram inúmeros casos em que o poder público, amparado e legitimado pelo Poder Judiciário, expropriou os camponeses. (BARBOSA, 2013, p.147)

Atendendo a lógica desenvolvimentista nacional, o governo de José Sarney fomentou o ordenamento da ocupação e titulação das terras devolutas do Estado, o que resultou em uma problemática fundiária, que contava com a ação dirigida pelo Estado e seus agentes que atuavam em diferentes instituições governamentais⁴. Como afirma Vitor Asselin:

O passo seguinte consistiu na elaboração da Lei 2.979, e regulamentada pelo Decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969. Com a nova lei, facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares. (ASSELIN, 2009, p.152)

A comercialização das terras públicas do Maranhão desencadeou um estado de violência nas comunidades rurais ao vivenciarem conflitos cotidianos. O quadro de conflito foi se dando de forma mais acirrada após a promulgação dessa lei, que fomentou de forma jurídica a privatização das terras públicas do estado. “Aos poucos a terra que era livremente usufruída pelos camponeses foi assumindo valor de mercado”. (LUNA, 1984, p.42-43). O que desencadeou diversos conflitos,

⁴Sobre o assunto, Cf. Vitor Asselin (2009), em sua pesquisa vai apresentando algumas das instituições criadas no final da década de 1960 e nas duas décadas seguintes como: a Delegacias de Terras criada em 1968, a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) criada em 1971, substituída em 1979 pela Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), substituída em 1981 pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA). Essas instituições ajudaram na organização e execução das políticas fundiárias do Maranhão, pautadas no desenvolvimento do capitalismo no campo. Pontua também a grilagem de terra no estado do Maranhão, ampliando um olhar sobre as formas de violências empreendidas no campo maranhense, as estratégias de fraude nos cartórios, apoio dos agentes do estado que agiam diretamente em favorecimento dos latifundiários.

realidade que se materializa de forma rápida no Maranhão. Diversos crimes passam a assaltar a população da região, como queima de casas, agressões físicas e psicológicas, em alguns casos assassinatos, dentre outros crimes.

A nova configuração da estrutura fundiária, fruto da Lei de Terras nº 2.979 de 1969, que intensifica a disputa pela terra no estado, como um agravante do marasmo já experimentado em décadas anteriores a sua implementação, mas que altera drasticamente as relações no campo, ocasionando a venda das terras públicas de forma alarmante, o que desencadeou conflitos diretos e indiretos envolvendo famílias de trabalhadores rurais e os pretensos donos da terra, que passam a utilizar do mecanismo da grilagem:

[...] É um instrumento oficialmente assumido para incorporar as terras públicas – terras do povo brasileiro – às mãos dos grandes proprietários. A propriedade da terra no Brasil passa, em sua grande maioria, por esse processo violento e ilegal. (ASSELIN, 2009, p.15)

A segunda metade do século XX é então marcada pela intensificação da luta pelo acesso e permanência nas terras maranhenses. Com a efetivação da Lei de Terras de 1969, diversas famílias foram excluídas do meio rural, como afirma Barbosa (2013, 140), quando o acesso à terra foi cada vez mais restrito, deflagrando o aumento dos conflitos.

Ao longo dos anos 1970, a Lei Sarney de Terras foi fortalecendo o questionamento, por muitos grileiros, fazendeiros e empresários agrícolas, ao sistema de uso comum da terra, aos modelos tradicionais de exploração da natureza e aos saberes locais presentes entre o campesinato maranhense. Assim, muitas das áreas tidas como terras devolutas e ocupadas por camponeses passaram a ser recorrente objeto de disputas. (BARBOSA, 2013, 141)

Diante da abertura em larga proporção das terras públicas do estado ao grande capital, possíveis situações conflitantes passam a ser vivenciadas. Os trabalhadores rurais remetem à memória do tempo de terras sem dono, e que rapidamente foi sendo transformada em terras presas, no processo de cercamento que alterou drasticamente o acesso à terra.

A privatização das terras públicas se deu de forma mais intensa nas décadas posteriores à promulgação da "Lei de Terra Sarney" como ficou conhecida. A terra foi assim, assumindo valor de mercado e vendida para grupos econômicos de

(Re) Construindo Memórias:

outros estados que viam como lucrativo a compra de terras por preços tão atrativos, tornando propagandas de governo, atraindo vultosos investimentos financeiros. Estava-se, assim, escancarada a porta do Maranhão para a privatização de terras públicas a passos largos.

As modificações do espaço passam a ser sentidas com o processo de cercamento, que: “iniciou-se ainda nos anos 1970” (BARBOSA 2013, p.171), transformando as áreas agricultáveis em um vasto campo de capim, um processo doloroso aos costumes e aos valores das famílias camponesas que tiveram suas roças invadidas pelo gado. As terras foram ficando cada vez mais escassas à proporção que os latifúndios iam se expandindo. Sem falar nas derrubadas das palmeiras do babaçu, uma morte simbólica e material, tendo em vista a perda do provimento econômico por ela proporcionada.

Esse processo se intensifica nas décadas de 1970 e 1980, restringindo o acesso à terra e aos babaçuais, e modificou toda a lógica da economia dos trabalhadores rurais que passaram a ser subjugados pelos fazendeiros, que passaram a explorar a força de trabalho e a retirar a autonomia dos agroextrativistas. Desse modo, o estado passou a configurar um espaço pontilhados de conflitos.

A luta pela terra também se configura em uma luta pelos babaçuais, em decorrência ao “*tempo do coco preso*” (BARBOSA, 2013, p.171), recordado nas narrativas como um período difícil e de muita luta. Uma bandeira que foi levantada preponderantemente pelas mulheres, que viam seu meio de trabalho e sustento familiar⁵ usurpados pelos latifúndios que estavam se instalando na região, e transformando as terras em reduto da agropecuária, consolidando assim, os conflitos pelo acesso e permanência na terra.

Evaristo Lima Neto (2007) também ratifica que a luta pela terra também foi configurando uma luta pelo livre acesso aos babaçuais. O autor no decorrer de seu trabalho vai sinalizando para situações limites em que as famílias camponesas estavam submetidas a violência material e simbólica, entre elas: a impossibilidade de permanecer na terra pelos contínuos processos de expropriação, em um ciclo que se tornava cada vez mais restrito a disponibilidade de terras, em áreas antes disponíveis para o cultivo e que vão sendo transformadas em pastos, o arrendamento de terras que também tornou-se uma realidade, o processo de grilagem, a atuação estatal ao

⁵ O extrativismo do babaçu constitui um dos importantes recursos da economia camponesa.
(Re) Construindo Memórias:

promover ferramentas jurídicas para apropriação das terras do estado entendidas como desprovida de moradores, dentre outros elementos que potencializaram a privatização das terras públicas do estado e a expulsão de diversas famílias.

Outra questão limite é a própria proibição de acesso aos babaçuais, recurso que tem uma grande importância na economia camponesa, além de ser uma atividade condicionada à própria sobrevivência das famílias camponesas que vivem exclusivamente do extrativismo do coco babaçu. Assim a passagem da terra e do coco livre para preso, constitui uma memória conflituosa da luta, marcada pela sujeição e dependência daqueles que passam a ser detentores dos meios de sobrevivência camponesa, que consideramos inegável: a terra e a palmeira do babaçu, além de outros recursos naturais que passam a ser cobiçados.

Logo, a luta pela terra não é restritiva apenas aos homens. As mulheres também tiveram atuação efetiva. Ter acesso às suas narrativas tem possibilitado novos olhares e leituras, apesar de ser comumente apresentada a figura masculina a frente dos conflitos, cabendo à mulher o papel de procriadora, responsável pelos filhos e pelo lar, divisões cultural e socialmente estereotipadas.

Como salienta Viviane Barbosa (2013, p.154), um imaginário social difundido no contexto rural foi concebendo a mulher enquanto seres frágeis. Os enquadramentos dos papéis de gênero foram sendo impostos e disseminados. A atuação das mulheres no conflito agrário foi tornando-se uma realidade na luta pelo acesso dos babaçuais. Apesar do imaginário como seres frágeis, elas não deixaram de lutar, e acabavam sofrendo diversas formas de violência.

Durante os conflitos, as mulheres estiveram diretamente vulneráveis a espancamentos e ameaças de morte, a ocorrência de estupros, sem falar em outros níveis de violência a que estavam sujeitas, como a falta de assistência médica, a fome e as más condições de trabalho. (BARBOSA, 2013, p.155)

Conforme Viviane Barbosa (2011, p.9), as violências não se restringiam apenas aos homens, mulheres também as enfrentavam, e sofriam outros tipos, como o estupro e o aborto, experiências que poderiam ser categorizadas como traumáticas e indizíveis (Portelli, 1996, p.108), difíceis de lembrar e narrar, para as mulheres que carregam as marcas físicas e simbólicas desses tensos conflitos.

As relações de gênero nos conflitos demarcam determinadas atuações. A forma de recordação das mulheres difere das narrativas masculinas, seja pelas referências tomadas, o lugar de quem fala ou o envolvimento na luta. Como afirma Elizabeth Jelin (2002, p. 107-111), o modo de narrar por homens e mulheres se apresenta de formas diferentes, seja no enfoque em que cada narrativa caminha: no caso feminino destacam elementos familiares, sinalizando diferentes pontos de vista, o que tem proporcionado um novo olhar sobre determinados fatos históricos abordando outros elementos, sendo possível pelo significativo testemunho das experiências femininas, na busca por formas de resistência diante dos embates com latifundiários, grileiros e outros agentes, que utilizando pistoleiros, prática ainda recorrente, efetuaram inúmeras mortes e expropriação dos trabalhadores rurais.

Passemos agora aos filmes de Murilo Santos, ferramentas preciosas para o ensino da história da Questão Agrária no Maranhão.

Quem matou Elias Zi?

O filme *Quem Matou Elis? (1986)*, de Murilo Santos, narra o processo de expropriação das famílias camponesas, e a morte do líder sindical Elias Costa Lima, no município de Santa Luzia, em 21 de novembro de 1982. Utiliza uma linguagem didática com técnicas de animação através de desenhos, música, poesia em cordel e depoimentos.

Ficha técnica

Direção: Murilo Santos

Produção: Brasiliana Produções Artísticas

Roteiro: Murilo Santos e Joaquim Santos

Desenhos: Joaquim Santos

Ano: 1986

Duração: 13min. e 34 seg.

O filme *Quem Matou Elias?* Pode ser dividido em três momentos: processo de expropriação das famílias camponesas com a instrumentalização dos mecanismos da grilagem, assassinato do líder sindical Elias Costa Lima, e a situação da família após sua morte. O título do filme sinaliza para uma interrogação que ao longo do filme é respondida, sendo apontados os responsáveis pelo crime.

[...] Esse filme Quem matou Elias Zi? Na verdade, quem matou? Todo mundo sabe, mas é uma pergunta, foi a ditadura? Ou os seus projetos de expansão que também decorrem ali as leis de terras para lugares considerados vazios demográficos como foi pra coisa da transamazônica, aconteceu na pré-amazônia maranhense, então. Quem matou? Não houve inquérito, então quem matou, ficou essa pergunta até hoje, né, como se ninguém soubesse e todo mundo foi testemunha lá, né, na feira. (SANTOS, 2020)

Os elementos utilizados por Murilo Santos, entre eles: desenho animado (uma estratégia utilizada para não identificação dos sujeitos que tornam-se personagens, e nesse caso específico, não tinha imagens de Elias Zi, sendo utilizado uma fotografia para a realização do desenho), música e poema em forma de cordel dão a tônica especial nessa obra fílmica.

Desse filme do Elias Zi ele tem na parte documental uma intenção de fazer cinema verdade e na parte que dos desenhos já foi uma reconstituição ou reconstrução, né do que ocorre na região, em relação, que os grileiros incendiaram lá as casa e

tal até a morte dele onde há uma ruptura no filme para um outro momento, momento documental. Esses desenhos que foi feito ao estilo capa de cordel, que tem o olhar, o olho da frontalidade, que aliás é uma coisa egípcia, né, mas o cordel de xilogravura geralmente é assim, eles foram inspirados no material de audiovisual que se fazia na época, pela Pastoral da Terra, eu trabalhava lá na Comissão da Pastoral da Terra e outras pessoas também, que foi desenhado pelo meu irmão Joaquim Santos. (SANTOS, 2020)

A literatura de cordel é uma herança europeia, onde a prática foi instituída no período medieval como aponta a historiadora Júlia Camelo (2014, p. 22-24). Essa cultura popular narrava diversos acontecimentos transmitidos oralmente, e, posteriormente, com o surgimento da imprensa, assume a forma de pequenos livros escritos em versos. No Brasil, a disseminação da literatura de cordel foi realizada pelos portugueses.

A literatura de cordel é uma linguagem poética feita em rimas que pode ser declamada ou cantada. Editada em forma de folhetos, foi disseminado em várias regiões do Brasil, porém foi na região Nordeste que teve maior expressão dessas produções, geralmente vendidos em feiras.

O narrador desses versos, que tanto podiam ser declamadas ou cantadas, quase sempre era o próprio autor, porém, havia pessoas que se tornavam contadores de histórias afamados, capazes de prender a atenção dos ouvintes por muitas horas, devido à prática adquirida ao longo dos anos. (CAMELO, 2014, p.21)

Essa literatura, por vezes, carrega o tom informativo de narrar aspectos que dizem respeito ao cotidiano, mas ao mesmo tempo, tem também o papel de denúncia, resistência, clamor por justiça, experiências amorosas, entre outras temáticas que afloram em seus escritos.

Assim, a utilização do cordel como forma de denúncia das transformações empreendidas no meio rural, que culminou na morte do líder sindical, faz parte da intriga levantada ao longo do filme. O poema narrado no filme é de Nonato Pudim, como afirma Murilo Santos (2020)⁶:

Então o poema de cordel, que é a base da narração do filme, né, foi feita pelo Nonato Pudim, Nonato é um cordelista, uma pessoa muito engajada, ele desapareceu no começo de 80, da segunda metade ninguém sabe pra onde ele foi. (SANTOS, 2020)

Interessante pontuar que alguns elementos, tais como o som da viola como fundo musical, o repentista, o cordel, o carro de pau de arara, pano e chapéu na

⁶Ao longo desse trabalho será pontuado partes de uma entrevista realizada de modo não presencial, por meio do envio de um roteiro temático e com respostas gravadas em áudios de watts up pelo cineasta Murilo Santos em março de 2020.

cabeça, são signos que serão acionados no decorrer do filme, criando um espaço de ambientação e nos reportando ao homem do campo. Dessa forma, torna-se um convite ao público adentrar o meio rural através das representações cinematográficas.

O filme inicia mostrando os créditos da produção, ao som instrumental de uma viola. Em seguida é feito um corte para o desenho de uma casa simples que seria atacada por um indivíduo em um carro, portando uma arma e uma tocha de fogo. No plano de fundo a imagem de palmeiras, lua e algumas estrelas no céu. O desenho é feito com tons escuros, sinalizando que o contexto era de noite e ao som de latidos de cachorro, que inicialmente não aparece na cena.

O ataque às famílias camponesas à noite passa a ser uma estratégia de enfrentamento no intuito de pegar a outra parte envolvida de surpresa, sem as mínimas condições de reações. A representação da família do lavrador como personagens sinaliza para experiências em que diversas famílias cotidianamente passam pelo marasmo social envolvendo as disputas pela terra e os recursos naturais.



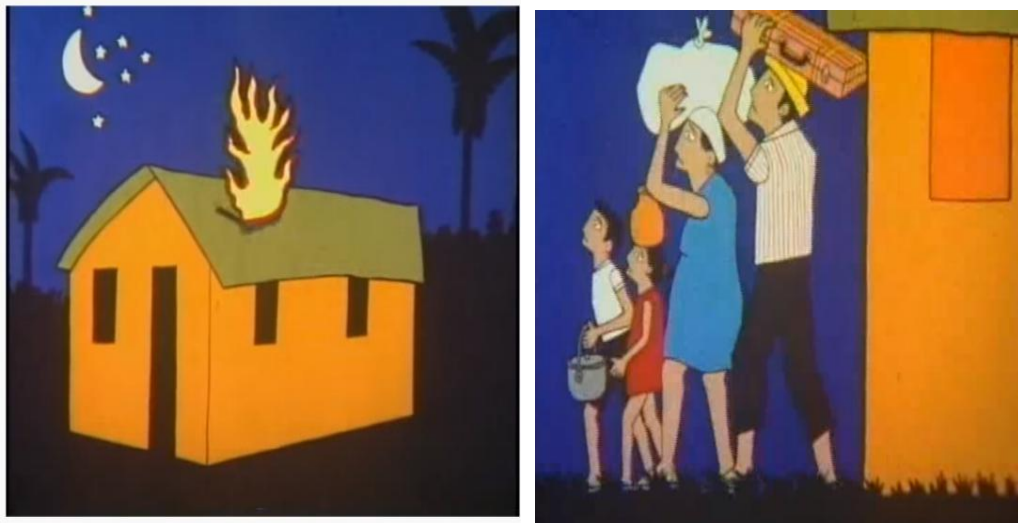


Imagem 1: Ataque a casa de uma família camponesa.
Fonte: Sequência de fotograma do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

A violência é uma baliza estruturante da apropriação das terras devolutas, que conta com o Estado e seus agentes de forma conivente, quando não provedor da injustiça e da violência no campo, com práticas cotidianas de punição que reverberam em crimes físicos, psicológicos e simbólicos. O processo de grilagem foi sendo intensificado no Maranhão nos anos 60, uma face da ilegalidade no que diz respeito à apropriação indevida das terras públicas do estado, geralmente ocupadas por posseiros, mas que legalmente e socialmente são inviabilizados e não reconhecidos dentro das áreas referidas.

Às ações dos grileiros contaram com o apoio do Estado e dos seus agentes que fomentaram a venda das terras públicas do Maranhão, favorecendo-os com facilidades em questões de cunho jurídico. “Se a violência é inerente à grilagem, a grilagem é instrumento do Poder, pois foi acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo Governo”. (ASSELIN, 2009, p.151).

O processo de cercamento das terras públicas decorrente da privatização acelerada e dos incentivos fiscais para desenvolvimento de projetos agropecuários, modificou drasticamente a paisagem no meio rural, instituindo projeto desenvolvimentista de produção atrelado às lógicas do grande capital, que retira a autonomia de produção das famílias camponesas, excluindo diversos sujeitos do processo de produção e comercialização. Os conflitos passam a ser acirrados em torno do uso, da posse e da permanência na terra.

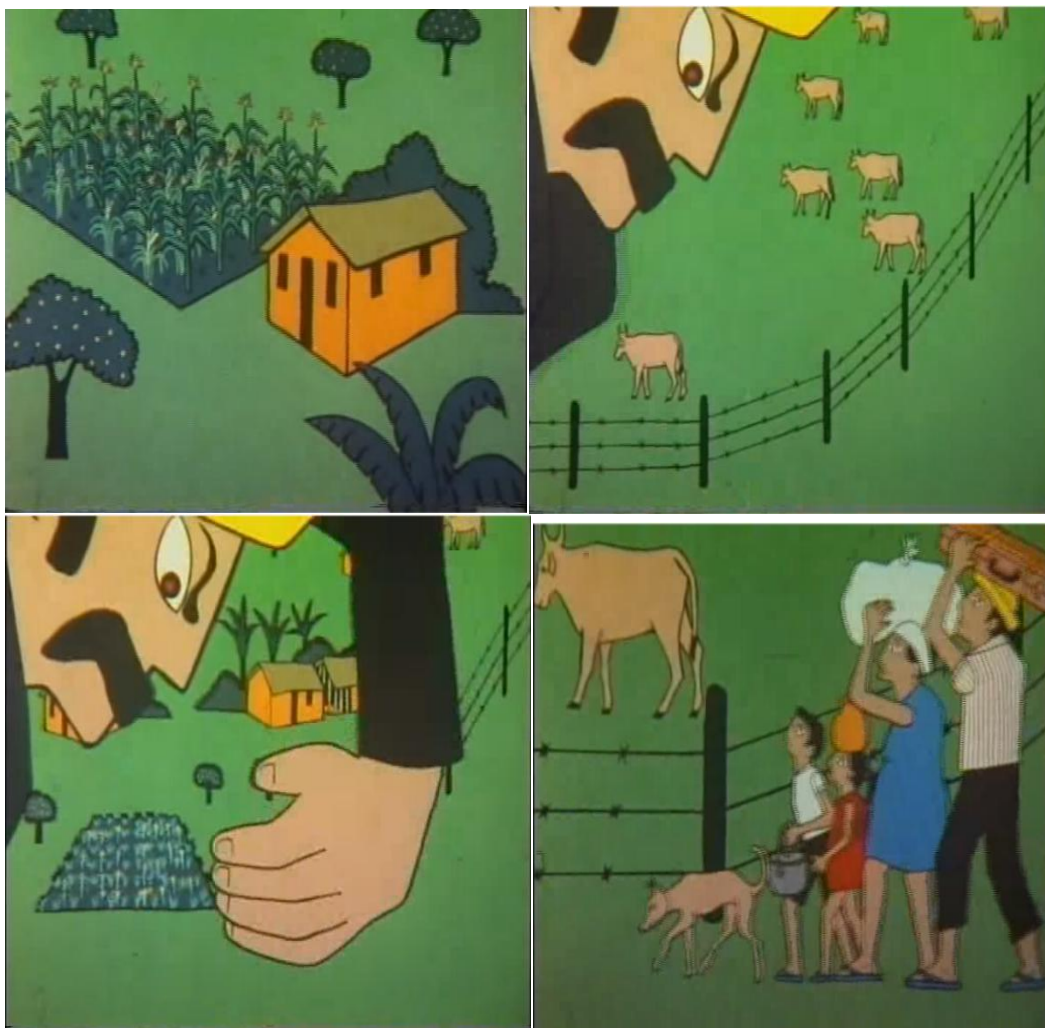


Imagem 2: Processo de grilagem e expulsão da família camponesa.
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

Assim, as demandas envolvendo a questão pela posse e pelo uso da terra vai sendo deflagrada em várias regiões do estado. A região Oeste configurou uma área de efervescentes conflitos e de ações violentas, acrescida de assassinatos de diversas lideranças, o que é representado na obra fílmica *Quem matou Elias Zi?*

A década de 1980 demarca um período de intensificação dos conflitos agrários no Maranhão. [...] “O epicentro do movimento pela terra no Maranhão, nesse período, encontrava-se nas regiões do Médio Mearim, Alto Mearim e Grajaú e no município de Santa Luzia”. (LIMA, 2007, p.62).

Dessa forma, passasse a ser recorrente, sobretudo, a caça às lideranças na guerra que se instala no campo maranhense. As lideranças passam a ser

brutalmente assassinadas, estratégia recorrente como forma de desestabilizar os movimentos em defesa da terra.

Dentro do quadro geral da violência na sociedade brasileira, os assassinatos no campo são claramente assassinatos políticos. Visa-se, em primeiro lugar, eliminar as lideranças e aqueles que estão engajados na luta pela Reforma Agrária. Tais assassinatos, das lideranças dos trabalhadores e de pessoas que se identificam com suas lutas obedecem a dois objetivos: golpear a cabeça do movimento e fazê-lo retroceder pelo terror e afastar dos trabalhadores todos os setores sociais que os apoiam, para então levá-los ao isolamento da sociedade. (COMISSÃO, 1988, p.11)

No segundo momento do filme é feito um corte para o cenário de uma feira municipal em Santa Luzia onde ocorre o assassinato de Elias Zi. A imagem do corvo preto sinaliza para o presságio da morte que aparece como uma sina do lavrador, mas também representa uma homenagem de Murilo Santos a um companheiro de trabalho, Nonato Pundim, que acompanhava em algumas viagens, e misteriosamente desapareceu na década de 1980.

“Então, o Nonato Pundim colocou como o pseudônimo dele Sabiá da Mata, então aquele pássaro também faz uma homenagem a ele, uma espécie de homenagem, uma referência ao Sabiá da Mata que é o cordel narrado”. (SANTOS, 2020). O repentista enquanto personagem torna-se uma testemunha ocular do assassinato do líder sindical, que passa a ser o alvo principal de ações de pistoleiros a mando dos latifundiários.





Imagem 3: Feira de Santa Luzia (A e B). Repentista (C). Passáro preto (D).
Fonte: Sequência de fotografamas do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

Á luz de Leonilde Medeiros (1996, p. 5-8), a organização dos trabalhadores rurais, foi entendida em um tom ameaçador para a lógica de dominação vigente. Logo, a violência é uma resposta às possíveis perdas de poder em que se perpetuou a dominação no campo e uma forma de ordenar as relações pontuadas na repressão. “Sob esse prisma, pode-se dizer que o exercício da violência é um sinal de perda de poder”. (MEDEIROS, 1996, p.7).

A década de 1950 marca uma experiência de lutas sociais, em que os sindicatos foram bem atuantes nos espaços alternativos de enfrentamento à ordem estabelecida, duramente combatida com o golpe de Estado de 1964, que buscou desarticular os mesmos. Como aponta Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana (2014, p.132.)⁷, uma nova experiência sindical gesta-se ainda no final da década de 70, tornando-se mais expressiva na década de 1980, podendo ser denominado de “década sindical” lançando as bases para um “novo sindicalismo”.

⁷Os autores propõem em seu trabalho, analisar o ressurgimento do sindicalismo, em que denominam de "novo sindicalismo". Percorrido os anos iniciais dessa experiência que datam da década de 1970 e se torna mais expressivo na década de 1980. Pontuam as permanências, alterações e imbricações na construção identitária que foi sendo moldada em uma "nova" postura diante dos processos em curso. Para mais, ver ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o "novo sindicalismo"? Caminhos e descaminhos de uma política sindical. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/** Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

No campo, contribuiu para a organização política dos trabalhadores no enfrentamento tanto de questões trabalhistas como no tocante a terra. Assim, o novo sindicalismo:

Ao se identificar com o polo mais dinâmico da classe, em seu movimento, ele deu uma grande contribuição no sentido de combate às políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical, ampliando a participação dos trabalhadores em suas entidades, na luta por suas reivindicações, bem como uma intervenção do quadro político mais geral. (ANTUNES; SANTANA, 2014, p.141).

A organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na década de 1980 foi um processo muito significativo para a luta em prol da terra. O respaldo dado aos associados viabilizava uma representação jurídica. As trocas de experiências entre as comunidades rurais fortaleciam a luta pela permanência na terra, o que passou a ser refletido de forma mais incisiva nos encontros dos representantes dos sindicatos.

O processo de organização e mobilização sindical desdobrou-se em uma tentativa de desestabilizar o movimento com sucessivos assassinatos contra os líderes ou apoiadores da causa trabalhadores rurais. "É preciso destacar o aumento dos assassinatos de lideranças camponesas. Se antes a violência era um tanto indiscriminada, neste último ano ela se tornou seletiva, golpeando o próprio movimento popular camponês". (COMISSÃO, 1985, p. 17).

Assim, compreendemos que a explosão dos movimentos sociais na década de 1980, reverbera no aparecimento de novos atores políticos, que reivindicam direitos e tornam públicas suas demandas, por outro lado, em resposta às suas distintas formas de mobilizações, são deflagradas as mais diversas formas de violência no intuito de minar suas práticas.

[...] Ceifar uma liderança é também procurar destruir um longo processo de preparação, educação, de produção de novas percepções, gestadas no interior dos próprios movimentos. E é, acima de tudo, atacar não uma pessoa em particular, mas um símbolo de resistência e a voz que porta uma utopia mobilizadora. (MEDEIROS, 1996, p.10)

Assim, após a imagem de confronto que termina com desfecho do assassinato de Elias Zi, ocorre um corte da sequência de animação feita com desenhos para a imagem do velório do líder sindical, que foi realizado no Sindicato de Santo Luzia, seguida de explicações sobre possíveis causas e mandantes,

narrado pelo repentista que apresenta a situação de conflito que resultou na morte do líder sindical, Elias Zi Costa Lima com 42 anos, no dia 21 de novembro de 1982.



Imagem 4: Assassinato e velório de Elias Costa Lima
Fonte: Sequência de fotografias do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

A pistolagem foi uma prática que se constituiu nos conflitos fundiários no Maranhão. Uma estratégia de resguardar os interesses dos supostos donos da terra, que requeriam suas terras ocupadas geralmente por posseiros. As ordens de retirada das famílias eram feitas pelos pistoleiros contratados, que de forma intimidadora e abusiva exigiam a desocupação. Essa ramificação criminal que se instala no Maranhão é pontuada no trabalho de Vitor Asselim (2009), ao narrar essa experiência nas terras do Pindaré-MA, considerando uma teia de relacionamentos e crimes envolvendo pistoleiros, fazendeiros, policiais e as mais diversas autoridades, (Re) Construindo Memórias:

prática perigosa e devastadora. [...] "Não se trata de um ato individual e esporádico, é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas e a lista dos marcados para morrer e os massacres" (BRUNO, 2003, p.285-286).

O papel da denúncia das ações de grileiros e pistoleiros fica explícito na parte final do filme, momento em que aciona a narrativa da viúva e do filho de Elias Zi, sinalizando para uma situação de vulnerabilidade, acentuada pela presença dos nove filhos que ficaram órfãos, e sem condições para manter o sustento da família.



Imagem 5: Depoimento da viúva e filho de Elias Costa Lima.
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

A narrativa do filho Elias Zi é marcada pelo tom de indignação pela perda do seu pai, mas que também sinaliza para a resistência e continuação da luta. A sua fala também remete a situações conflitantes com ameaças constantes em decorrência da continuidade ao legado deixado pelo pai, tornando-se Delegado Sindical do povoado. A batalha continua e ganha um tom de coletividade. O símbolo da terra e da imagem forte dos companheiros de luta jogando terra na descida do caixão, como podemos destacar no próprio momento do enterro, são reiteradas por Murilo Santos (2020):

Subia uma poeira toda, era um período de seco, então isso também foi utilizado como um elemento simbólico, né, de voltar pra terra, tal, e ao mesmo tempo, na fala do poema que diz que "tua luta fica viva na memória, profetizando que a luta é o caminho da vitória, pois não há bala ou açoite que cale a boca da história". (SANTOS, 2020)

A ideia de um grupo lutando pela mesma causa, é sinalizado na frase da faixa: **ZIZI- NOSSA LUTA PELA TERRA CONTINUA**. Assim, a luta sai do espaço individual para o coletivo, ratificado com o pronome nossa, dando ideia de um grupo com a mesma luta, pela terra.



Imagem 6: Enterro de Elias Zi (A). Faixa: ZIZI- NOSSA LUTA PELA TERRA CONTINUA (B).
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

O segundo depoimento é de dona Bernadina Lima (viúva de Elias Costa), que em meio às lágrimas narra a situação que se encontra com sua família, sendo de certa forma consolada pelas palavras de um dos seus filhos menores ao dizer: “Chore não” (*Quem matou Elias Zi*, 1986). Essa fala torna-se bem emblemática, assim como, a imagem das mãos das crianças na cruz e o zoom da câmera nas expressões faciais das crianças em primeiro plano: “[...] O personagem ou objeto é enfocado de modo mais fechado, daí ser conhecido como close (fechado, em português), o que favorece um contato mais próximo com o espectador. (FERREIRA, 2018, p. 101).

Dessa forma, reforçam a situação desumana que para além da pobreza material, carrega as marcas da violência física e simbólica, diante de perdas irreparáveis: a vida ceifada de um pai de família que lutou até o último momento em prol da luta pela terra em nome de sua família e de seus companheiros.



Imagem 7: A viuva e os filhos de Elias Zi (A). Filha de Elias Zi (B). C. Filho de Elias Zi. Os filhos de Elias Zi com a mão na cruz (D).

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

As últimas cenas do filme são gravadas próximo ao túmulo de Elias Zi, tendo a cruz como a última imagem. Consideramos como um símbolo de uma voz que foi silenciada, porém, não conseguiu acabar com a luta empreendida não só no tocante a terra, mas entendemos que é uma luta pela sobrevivência e clamor por justiça diante das situações de impunidade, tendo em vista que os criminosos em raras exceções respondem pelos crimes cometidos.



Imagem 8: Acruz no tumulo de Elias Zi.
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *Quem Matou Elias?* (1986)

O clamor por justiça tem reverberado em uma luta histórica que se aguça ainda em nossos dias. Esse filme é um documento histórico de uma luta que ainda hoje se faz presente em diversas regiões do estado do Maranhão.

Sugerimos, a seguir, questões que podem ser trabalhadas em sala de aula pelo professor.

QUESTÕES

01. Quais os temas discutidos pelo filme?
02. Elabore a síntese da obra fílmica *Quem matou Elias Zi?*, destacando quais os principais elementos que chamaram sua atenção?
03. Destaque a partir da análise do filme, elementos que você considera importantes para o entendimento da temática da Questão Agrária no Maranhão.
04. Aponte quais transformações podem ser percebidas no meio rural com o processo da grilagem?
05. De acordo com o filme, quem seria o mandante da morte de Elias Zi, e qual teria sido a motivação?
06. Justifique com suas palavras, por que as lideranças sindicais passam a ser assinadas?
07. O que você mais gostou no filme? Justifique sua resposta.

Crônica



Fonte: Arquivo do projeto Luta pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990): experiências, narrativas e deslocamentos, orientado pela Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

O trabalho de elaboração das crônicas desenvolvido pelo Frei Adolfo Teme teve o papel significativo de denunciar a realidade campesina maranhense. Sua atividade pastoral inicia-se na década de 1970, atendendo os municípios do Médio Mearim. Seu ministério na Diocese de Bacabal resultou no seu envolvimento em questão de cunho político, diante dos conflitos agrários que foram tornando-se uma realidade do cotidiano. Sua ajuda no enfrentamento e registro da situação vivenciada pelos lavradores ganhou notoriedade, passando a circular como boletins de sua autoria nas comunidades.

As narrativas em forma de crônica dos conflitos agrários no Médio Mearim são marcadas pelo tom poético de sua escrita, que por outro lado, é manchado pelo sofrimento dos trabalhadores rurais que cotidianamente enfrentavam a fúria do opressor, que intentava matar a alma e o corpo físico. A denúncia da violência e o clamor por justiça dão a tônica de seus relatos. Sua escrita é um misto de uma leitura da própria experiência dos lavradores, carregada de alusão bíblica. As principais temáticas abordadas são: a violência física, psicológica e patrimonial, a grilagem de terra, invasões de povoados, os assassinatos, o posicionamento da Igreja nos conflitos, a repressão e omissão pelo Estado e seus agentes.

Assim, trabalharemos com a crônica de sua autoria intitulada: *Ferreiro da Reforma* que conta a história de vida do Delegado Sindical Gonçalo Ferreira Souza, conhecido como Ferreirinha, morto em Santa Teresa, município de Lago da Pedra, em 11 de agosto de 1985.

Ferreirinha

FERREIRO DA REFORMA

Quem foi o Ferreirinha que mataram na Santa Teresa dia 11 de agosto de 85? Gonçalo Ferreira Campos Souza nasceu no dia 24 de junho de 33 em Nova Russas, Ceará. A família era pobre e o pai lutou com seca e fome. O filho conheceu o caminho da roça muito cedo. Com 8 anos foi para a casa de um tio onde aprendeu fazer lamparina e funil e a arte de consertar panela e forno. A pobreza da família era tanta que o menino dividiu sua rede com outro irmão até que ganhou o dinheiro para comprar sua própria rede.

Depois o menino foi para a casa de um ferreiro para puxar o fole e para aprender a bater um machado. Foi na oficina deste homem que o Ferreirinha fez as suas próprias ferramentas. Dali em diante começou a trabalhar por própria conta ainda rapazinho, consertando geladeira, máquina de costura e espingarda. O filho foi a arrimo da família.

Com 18 anos casou com Francisca das Chagas. E quando tinha o primeiro filho, em 1953, despediu-se do Ceará, tocado por grande tristeza e novido pela esperança de encontrar terra verde no Maranhão.

Ferreirinha ficou na Matinha, Município de Bacabal, onde comprou um terreno. Trabalhou de roça e de ferreiro e a luta foi muito grande. Neste tempo ele foi também Subdelegado e resolveu muitas questões perigosas.

A família cresceu e já tinha 5 filhos quando de repente faleceu a esposa no ano de 63. O que é que ele podia fazer? Os filhos ficaram com um irmão da finada enquanto o pai arrunava o pão na vida de ferreiro ambulante. No ano de 69 ele casou de novo com Angelita; juntou os filhos e foi morar na Santa Tereza, município de Lago da Pedra.

A vida foi a mesma, vida aperreada de lavrador e ferreiro. Santa Tereza é um lugar onde o pobre sofre. As mulheres se apegam com o Babaçu, mas o trabalho é difícil com tanto cativo: em todo lugar tem vigia e a arma que eles usam não é para caçar: é para atirar em gente. Um dia uma noça foi baleada. A mãe dela com o resto dos filhos correu para a Delegacia e o Delegado não soube outro consolo: Deixem de andar por lá. Se ela tivesse morrido, ninguém tinha culpa.

Chegou o ano de 85. Em maio teve o Congresso dos Trabalhadores Rurais em Brasília, onde o Presidente Sarney fez grandes promessas: A Reforma Agrária vai sair. Só depende do apoio de vocês. - Todo mundo saiu de lá dizendo: da nossa parte o apoio não vai faltar.

Ferreirinha foi Delegado Sindical e engajou-se na luta. No mês de julho teve umas mulheres tocadas pela precisão que quebraram coco na solta do Teixeira. Quem sofreu foi o Ferreirinha que não tinha nada com o caso. Foi intimado e lá na Delegacia se viu sozinho rodeado por leões famintos que o acusavam como incentivador: Por ordem de quem você manda quebrar o coco? Ele só podia responder: Eu não mandei, nas elas quebraram por ordem da necessidade. Mesmo sozinho, o Ferreirinha não se acovardou: Quem me acusou é mentiroso. E desta palavra o fazendeiro não gostou: Eu vou ensinar a ele a me chamar de mentiroso.

Neste tempo a nova chapa do Sindicato havia tomado posse em clima de tensão e ameaça. Pouco antes os fazendeiros tinham feito uma reunião onde o chefe falou: Este negócio se resolve na bala. A ordem do Sindicato era buscar apoio para a Reforma Agrária conforme o Presidente Sarney havia pedido.

No dia 9 de agosto Ferreirinha começou a percorrer os povoados da sua Delegacia associando lavradores e colhendo assinaturas para a Reforma Agrária. Foram 3 dias de penitência, sem almoçar. Quando chegava em casa fora de hora não queria comer: Já tonei café pelas casas. Ele encheu folhas e folhas e sofreu muitas críticas: Está querendo tomar as terras? Alguem falou: Este serviço ainda vai terminar mal para ele.

No Domingo à tarde, dia 11 de agosto de 85, o trabalho estava concluído e Ferreirinha falou: Vou deixar as folhas no Sindicato. - Pegou a bicicleta e botou as listas numa bolsa na garupa. Quando chegou na praça de Santa Tereza, lá estava esperando o crininoso, Almir Maia da Costa que avançou nele e derrubou a bicicleta. Ferreirinha ainda perguntou: O que eu ti fiz? Depois recebeu 5 tiros e morreu.

Chegou um vaqueiro e falou: Agora achou a Reforma que estava caçando. - Povo tinha muito, mas todos correram. O enterro foi uma dor e o Sétimo Dia foi um desgosto: Apareceu um zombador dizendo no meio do povo: Para vocês acabar de falar deste homem, só matando outro. O crininoso quase não sofreu nenhum susto: até hoje anda onde quer.

A viuva Dona Angelita colocou uma cruz na praça, mas a cruz não durou. Botou outra que foi derrubada. Botou a terceira que também não ficou em pé. Não aguentam a lembrança e não querem ver a cruz. Aliás se todo morto recebesse uma cruz, lá na praça seria um cemitério. Lá morreu Cicero, pai de 8 filhos, morto com uma cadeira. Lá morreu Anastácio quem um fazendeiro mandou matar com 8 facadas porque o rapaz tinha caçado na terra dele. - Lá Manoel da Zeu que foi bem matado: o carro passou por cima e voltou para não deixar dúvida. Lá morreu Manelinho, um velho que estava sentado na sua casa: O pistoleiro matou à tã, só porque não encontrou o homem procurado. Lá morreu por fim o Ferreirinha.

O povo não admite o sinal da cruz na praça. Achan que a cruz os desmoraliza. No dia 22 de junho chegou a procissão com o Senhor Morto e fez parada na praça. Logo alguns se assanharam e disseram: Já chegou quem nos tira o sossego? - Ora, quem tem medo da cruz? Não é o Inimigo que por ela foi derrubado? Aqueles que crucificaram Jesus e hoje crucificam seus irmãos não ficarão livres de algum remorso. Não adianta destruir a lembrança, pois chegará o momento em que os olhos ficarão arregalados sem poder desviar a vista e os crininosos terão de olhar eternamente para aquele que traspassaram.

Ferreirinha morreu. O que ficou?

Ficou a viuva Dona Angelita, ficaram 8 meninos sem pai, o menor com 4 anos: Gonçalo Filho.

Ficou o martelo do ferreiro e a foice do lavrador.

Ficaram as listas seladas com sangue, pedindo Reforma.

Ficou a última palavra: O QUE EU TI FIZ?

QUESTÕES

01. Faça um resumo da Crônica *Ferreiro da Reforma*, destacando os elementos que mais chamaram sua atenção
02. Quais motivações levaram Gonçalo Ferreira e sua família a migrarem do Ceará para o Maranhão?
03. Qual atividade econômica era desenvolvida pelas mulheres em Santa Teresa e as dificuldades enfrentadas?
04. Segundo as informações contidas na Crônica, por que Gonçalo Ferreira foi intimado à Delegacia?
05. De acordo com a Crônica, quais seriam as motivações para o crime cometido contra Gonçalo Ferreira?
06. Cite as semelhanças encontradas no filme *Quem matou Elias Zi* e na crônica *Ferreiro da Reforma*.

Poema

Entristecido o poema volta ao vale da tortura
Para rimar bala com açoite, retirante com amargura
Ao invés de terra em cio, semente livre e fartura

Desse modo o camponês é jogado igual peão
Pra rodar desesperado nos cercados do ladrão
Tendo que comprar na feira tudo que plantou no chão

Pois enquanto a justiça anda de vista vendada
O latifúndio avança sua ação encarniçada
Turvando as barras do dia, preparando outra cilada

E dando prosseguimento a sua ação infernal
O latifúndio não mede esforços em fazer mal
Tendo em mira a liderança do organismo sindical

A 21 de novembro no calendário se lê
Do ano 82 arrepiar até dizer
Que um líder sindical tá marcado pra morrer

Triste manhã de domingo, sete horas desse dia
Quando Elis Zi comprava de comer para a família
No mercado municipal feira de Santa Luzia.

(Poema de Sabiá da Mata, apud *Quem matou Elias Zi?*, 1986)

QUESTÕES

01. Qual o tema do poema?
02. Como você interpreta a expressão que aparece no segundo verso da segunda estrofe do poema: “nos cercados do ladrão”?
03. Quais as consequências para o camponês da chamada modernização do campo?
04. Qual acontecimento marca o fim do poema? Como você o interpreta? Ocorreram historicamente outros acontecimentos similares? Como compreendê-los e explicá-los?

Indicações de leituras

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflitos de Terra no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 57p. (Transformações, Econômicas e sociais no Campo Maranhense, volume 6).

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras dos Carajás**. Imperatriz-MA: Ética, 2009.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Rumo ao Maranhão: teias migratórias e memórias divididas. **Revista Tempos Históricos**, n. 23, vol 02, 2019.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA**. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. Disponível em: < <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> > Acessado em: 03/05/2017.

Expropriação: é um processo de expulsão da população camponesa de suas terras, ao serem pressionados pelas impossibilidades de permanecer diante da privatização de terras públicas e da apropriação dos recursos naturais, pela prática da grilagem e diversos mecanismos utilizados que resultam em conflito agrários deflagrados nas áreas em questão.

Grilagem: forma agressiva de expropriação de terra, com a utilização de documentação fraudulenta.

Solta: áreas utilizadas para a agricultura, mas como passa a ser semeado capim nessas terras, tornando-se inadequadas para o plantio, são destinadas à pastagem, mas condensa uma quantidade de palmeiras de babaçu em sua extensão.

Latifúndio: Propriedade rural com grandes extensões de terras. Podendo as terras não ser cultivadas ou voltadas para o desenvolvimento de uma atividade específica (monocultura).

As quebradeiras de Dom Pedro

O filme *As quebradeiras de Dom Pedro (2016)*, de Murilo Santos, narra a experiência cotidiana de mulheres quebradeiras de coco do município de Dom Pedro. Utiliza depoimentos de quebradeiras de coco para propor uma reflexão sobre a atividade agroextrativista do coco babaçu, como importante papel econômico e cultural para as famílias camponesas, tendo a figura da mulher à frente do trabalho. Pontua também a organização do MIQCB e a luta empreendida para a aprovação e efetivação da Lei do Babaçu Livre.

Ficha técnica

Direção: Murilo Santos

Produção: Comissão Pastoral da Terra- Dom Pedro (CNBB - NE 5)

Roteiro: Murilo Santos

Narração: Andrea Frazão

Ano: 2016

Duração: 22min e 56seg.

O filme propõe reflexões sobre o cotidiano das mulheres agroextrativistas do coco babaçu, as dificuldades enfrentadas nessa atividade, a luta pela preservação das palmeiras, a construção da identidade das quebradeiras de coco, assim como a luta pelo acesso livre aos babaçuais e conquista de melhores condições de trabalho, que incide direta ou indiretamente na condição de sobrevivência dessas mulheres e de suas famílias.

Refletir sobre o papel das mulheres seja no meio urbano ou rural, apesar de certos avanços nessa temática, ainda se apresenta enquanto um campo novo, tendo em vista as possibilidades e avanços pertinentes, ao analisar suas ações e estratégias de luta, não como dependente das ações dos homens. Uma luta travada em meio a uma sociedade patriarcal, e altamente machista.

Compreender suas lógicas ainda requer um esforço, mas estamos caminhando para superar o que há muito tempo se constituiu enquanto hegemônico, desde a divisão de trabalho, em que o serviço masculino foi lido como valoroso e viril e o da mulher colocado em um lugar inferior, depreciativo, uma espécie de ajuda, de subordinação e não como autônomo e libertador. A divisão sexual do trabalho oprime e normatiza as relações de poder, baseadas na opressão e submissão socialmente

construída. À mulher caberia o trabalho doméstico, restrito à esfera do privado. Enquanto aos homens estaria a responsabilidade da produção e dos espaços públicos. Assim, são estabelecidas relações hierárquicas que reforçam a invisibilidade do trabalho, ações e representatividade feminina.

As mulheres do meio rural enfrentam diariamente nos seus trabalhos a desvalorização tanto da sociedade, família e muitas vezes por elas mesmas, por todas estarem constituídas em uma sociedade patriarcal, onde o trabalho da mulher vale menos do que o do homem. (BUENO, 2017, p.2)

Dessa forma, essa realidade foi instituída socialmente, porém novas abordagens têm sido dedicadas às ações de mulheres, apontando para outros caminhos, para além do seu reconhecimento como “dona do lar”, busca reconhecê-las enquanto trabalhadoras, provedoras da economia e atuantes no enfrentamento em defesa do território, apesar das relações de dominação por vezes introjetadas e perpetuadas:

Com isso, gera-se esperança de que o processo de inferiorização do trabalho feminino esteja mudando na área rural, mesmo que lentamente. Entretanto, esse sistema é ainda muito forte e temos muito que lutar para que todas as mulheres se sintam verdadeiras agricultoras e donas dos seus próprios futuros. (BUENO, 2017, p.16)

As estratégias de resistência no campo se mostravam plurais e foram reinventadas no calor da luta e das necessidades cotidianas. As mulheres empreendiam ações como negociar com antagonistas, enquanto os homens se escondiam no mato, elas ficavam nos povoados provendo sua família interinamente, em outros momentos iam para o enfrentamento direto. O que Maristela Andrade (2007, p.450), chamou de “uma divisão do trabalho de guerra, estrategicamente pensada”. Homens e mulheres atuavam na luta pela terra e buscavam estratégias de sobrevivência cotidianas.

As relações que foram sendo estabelecidas em prol da luta pela terra e pelo livre acesso do coco babaçu, precisam também ser refletidas enquanto acionamento de estratégias distintas por homens e mulheres, o que envolve a divisão sexual de enfrentamento, como considera Evaristo Lima (2007, p.76). Assim, essa luta pode ser entendida pelas ações de homens e mulheres, ora juntos, ora separados, conforme o envolvimento no conflito e a necessidade de estratégias pensadas em determinado

momento. O não aparecimento da imagem e de referências masculinas na economia do babaçu no documentário, apenas pontuado como o opressor ao fazer referência aos donos da terra que impõem interditos no uso de suas terras para coleta e quebra de coco babaçu, também pode ser entendido como uma luta de representação feminina.

A condição de marginalidade em que estão inseridas as mulheres quebradeiras de coco sinaliza para os espaços que são normatizados e socialmente difundidos. Assim, esse documentário propõe um ganho importante para possíveis debates e reflexões em torno da representação feminina no meio rural.

No primeiro momento do filme é narrado por uma mulher, em voz *off*, a situação do meio rural maranhense, salientando a concentração de terras e os conflitos resultantes da estrutura fundiária do estado. Ao som da viola e de imagens em planos de ambientação, o autor registra uma longa estrada com vastas áreas de mata verde. O movimento da câmera coloca o espectador em uma viagem ao mundo rural.



Imagem 9: Estrada maranhense.

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

No segundo momento do documentário ocorre um corte para imagens das mulheres indo coletar o coco babaçu, sinalizando para o seu cotidiano e o enfrentamento dos cercamentos. A luta pelo acesso livre ao coco babaçu tem a frente a figura predominante das mulheres, constituindo uma luta histórica no meio rural, perpassando diferentes tempos históricos, podendo ser refletido no documentário *As quebradeiras de Dom Pedro* (2016) em que ocorre uma passagem das mesmas

(Re) Construindo Memórias:

filmagens monocromáticas para coloridas, o que nos remete a uma alusão de passagem de tempo. A luta empreendida pelas quebradeiras é uma questão presente no passado, mas que ao mesmo tempo remete a uma problemática do presente.



Imagem 10: Coleta de coco babaçu.

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

As proibições das famílias camponesas de desenvolverem suas lavouras são endossados também no acesso cada vez mais restrito às áreas de babaçuais, que constitui uma forma de sobrevivência para as famílias que dependem desse recurso natural, pode ser entendido como um dos estopins para a deflagração dos conflitos agrários.

Durante os anos de 1980 que a situação chega ao limite do suportável para grande parte das famílias, obrigando-as em um determinado momento a reagir

(Re) Construindo Memórias:

coletivamente. Os proprietários interessados na renda vinda do coco babaçu intensificaram as restrições ao acesso às palmeiras e passaram a cobrar tributos cada vez mais altos, impondo às famílias um considerável aumento nas jornadas de trabalho e a diminuição dos ganhos obtidos através de seu trabalho. (LIMA, 2007, p.43)

O acesso aos babaçuais configurou o enfrentamento direto com os latifundiários, que passam a impor proibições quanto ao acesso livre e coleta do coco babaçu em suas áreas. Diante das interdições que resultou em uma perda significativa para a economia das famílias camponesas, que dependiam do extrativismo do babaçu como elemento importante para a sua subsistência, resistir às interdições tornou-se uma bandeira de luta desencadeando graves conflitos. O zoom da câmera, reforça o enquadramento nos arames colocado em forma de cerca no caminho por onde as mulheres passam para executar suas atividades laborais.



Imagem 11: Quebradeiras passando a cerca para coletar coco babaçu.
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

Considerando como terceiro momento na narrativa fílmica, as falas de entrevistas de mulheres ligadas a Associação das Quebradeiras de Coco de Dom Pedro. A escolha das mulheres a serem entrevistadas foi pensado por Márcia Palhano, como afirma Murilo Santos (2020).

Já o filme das quebradeiras de Dom Pedro, ele foi um trabalho assim, por encomenda da Pastoral da Terra de lá, e foi todo conduzido, as pessoas que eu entrevistei, todas, pela funcionária lá da Pastoral da Terra, uma pessoa muito engajada no movimento, quer dizer, se não tivesse essa ponte, essa pessoa, eu não estaria tão perto, tão próximo das mulheres, que é outro problema, outra

questão que tem que ser levada em conta que é, eu sou um cineasta, homem, né, então em muitos lugares eu sei que tem uma restrição, o contato com as mulheres, uma mulher é mais, seria assim mais interessante, mas me chamaram pra fazer esse filme e ela foi acompanhando, né, a Palhano, chama Palhano, esqueci o primeiro nome, tá no filme, a memória tá ruim... [...] Então, Márcia Palhano, lembrei. (SANTOS, 2020)

As suas falas são divididas em sua experiência de vida, pontuando seu contato inicial com a atividade agroextrativista do coco babaçu. Essas questões podem ser percebidas nas narrativas das entrevistadas da obra fílmica aqui analisada, que concebem sua vivência a partir da atividade de quebradeira de coco que se inicia enquanto criança, uma herança passada de mãe para filho. Esse fio condutor de suas narrativas e ponto de convergência é assim percebido como uma forma de legitimidade de sua luta e de pertencimento ao grupo. Dessa forma, a presença de crianças nas atividades desenvolvidas é recorrente.



Imagem 12: Crianças presentes nas atividades das Quebradeiras de coco.

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

As estratégias de intimidação e coerção ao acesso à terra, são elementos reiterados em suas falas. Ao limitar seu uso, cria uma situação limite entre muitas famílias camponesas, munidas do inconformismo diante das mudanças decorrentes do processo de privatização das terras. Os mecanismos de controle cada vez mais severo dos ditos proprietários e o acesso aos babaçuais de forma restrita consolidavam o *sistema de barracão*, que consistia na permissão do dono da área para a coleta do coco, e passa a ser controlado também a quebra em um único local.

Como afirma Evaristo Lima Neto (2007) o *sistema de barracão* foi um mecanismo nocivo para a atividade do extrativismo do babaçu. Essas relações de controle se estendiam também ao pagamento pelo trabalho das quebradeiras de coco que era abaixo do valor por seu serviço. Outro elemento que também é ressaltado no documentário, com muito pesar, é a proibição de coletar a coco que ficam nas soltas, que acabava sendo desperdiçado, o que fazia muita falta para as famílias.

Pelo sistema de barracão, uma única família, seja a do proprietário de terra, seja outra indicada por este, possuía o direito explorar o babaçu de uma determinada área. Para tanto, se junta grandes quantidades de coco babaçu em um único local denominado de *barracão*, onde, sob o controle de um encarregado, as mulheres quebram o coco recebendo pagamento por apenas metade de sua produção. Este sistema tornava-se ainda mais perverso pelo fato de que muitas vezes uma grande quantidade de coco ficava disponível nas *soltas*, mas, sua livre coleta era proibida. (LIMA NETO, 2007, p. 43)

A coleta do coco babaçu passou por todo um processo de controle por aqueles que se apresentavam como os “donos da terra”, e, portanto, os detentores do usufruto da terra e conseqüentemente dos babaçuais. “Esse período é construído pela memória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como a passagem do ‘tempo do coco liberto’ ao ‘tempo do coco preso’”. (Barbosa, 2011, p.5). As novas lógicas impostas e controladas pelos fazendeiros que ditavam as regras que envolviam tanto a coleta, como a quebra e a venda do coco.



Imagem 13: Coleta e quebra do coco.

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016).

Com o processo de privatização das terras públicas, transformações significativas foram sentidas nos contratos sociais que passaram a ser impostos

pelos detentores das pretensas áreas em que se encontravam as vastas reservas de palmeiras de babaçu e as famílias dos camponeses, que passam a sofrer com o sistema abusivo de crédito em que a produção dos lavradores eram vendidas antes mesmo da própria colheita, resultado do próprio endividamento nas quitandas⁸ estabelecidas no povoado ou com a baixa remuneração pelos serviços prestados.

O potencial da viabilidade econômica do babaçu despertou o interesse comercial e industrial de suas propriedades no âmbito nacional como internacional, fomentando incentivos por parte do governo estadual, como sinalizam Miguel Araújo; Erika Dmitruk; João Moura (2014, p.131-134)⁹. A exploração desse recurso que tem um grande potencial para a economia, logo foi captado pelas indústrias nacionais. A queda da produção na década de 1970 pode ser entendida pelo processo de expansão da pecuária, o que acabou interferindo no acesso às áreas de babaçuais e destruição das palmeiras que passaram a ser derrubadas sistematicamente para formação de pastos.



Imagem 14: Palmeiras de babaçu cortadas.

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

A retirada da autonomia das famílias camponesas em relação à coleta, quebra e comercialização do coco babaçu, que movia a sua economia, utilizado não

⁸Refere-se a um espaço destinado para a venda de produtos de primeira necessidade das famílias camponesas, onde eram trocadas ou vendidas suas produções a preço a baixo do mercado.

⁹Sinalizam para a importância do babaçu na economia maranhense, pontuam sobre a organização das quebradeiras de coco e a luta pela regularização da atividade extrativista do babaçu. (ARÚJO; DMITRUK; MOURA, 2014)

apenas restrita ao uso doméstico, mas voltado também para o uso comercial. O controle do processo produtivo pelas mulheres é uma forma de emancipação do ciclo vicioso de sujeição da produção e comercialização desigual em que proprietários de terras e comerciantes forjam uma relação de dominação dos meios reprodutivos, o que também vem causando impactos na comercialização do excedente das famílias camponesas que acabam vendendo abaixo do preço do mercado.

Na década de 1990, é possível observar a organização do movimento das quebradeiras de coco, e, principalmente, a luta pelo controle da atividade, sem atravessadores. O processo produtivo foi transformado. Surgem novas maneiras de organização institucional e as quebradeiras associam-se para que todas possam ganhar com a exploração do babaçu. (ARÚJO; DMITRUK; MOURA, 2014, p.134)

No documentário é apontado um elemento de suma importância para a autonomia econômica: a realização da Feira Ecológica organizado pelas quebradeiras de coco de Dom Pedro. Podemos destacar ainda outros exemplos como: as cantinas, cooperativa, associações, entre outros espaços que buscam fomentar a organização produtiva e a comercialização dos seus produtos.





Imagem 15: Feira Agroecológica das Quebradeiras de coco babaçu.
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

Como salienta Evaristo Lima Neto (2007), o surgimento de associações na década de 80 decorre da própria crise de representatividade dos sindicatos rurais entendido naquela conjuntura enquanto pelego, pois não representava a sua própria classe, e não estariam conseguindo dar resposta aos anseios e questões específicas de diversos grupos sociais que compunham seu corpo de membros. Dessa forma, as associações passam a trabalhar com categorias representativas de grupos específicos, como é o caso das quebradeiras de coco.

Portanto, destacamos o trabalho realizado pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA que consideramos importante para a logística e organização das lutas empreendidas nas áreas que foram sendo desapropriadas na década de 80, e nas demandas que foram surgindo. A demanda pela proteção dos babaçuais e liberdade na atividade extrativista do coco babaçu tornou-se uma luta defendida nas associações que estavam vinculadas a ASSEMA, essa associação é criada em 1989 voltada para trabalhos jurídicos, econômicos, políticos e técnicos, que atendessem ao processo de produção, comercialização, melhores condições de vida.

Nesses entraves gestam-se movimentos de resistência e ação política de luta pelo acesso livre aos babaçuais. Foi dada assim, um passo significativo para a constituição do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

-MIQCB¹⁰, que se tornou uma representação importante nas lutas em prol da permanência na terra, tendo o símbolo do coco livre como arma de luta.

Diante dos constantes conflitos e das restrições que foram cada vez mais estreitando-se, o acesso e permanência na terra e o uso dos seus recursos, o enfrentamento tornou-se uma forma de resistência aos processos de expropriação. Neste contexto, lutas são empreendidas por um grupo de mulheres que passam a se organizar politicamente, participando de associações, e posteriormente consolidaria o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB.

Esse movimento não se restringe no âmbito local, seu raio de ação dialoga com estados vizinhos (Pará, Piauí, Tocantins) possibilitando trocas de experiências e rede de sociabilidade. “O MIQCB foi fundado em consonância com as experiências de mulheres rurais dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, de localidade muitas vezes geográfica e culturalmente descontínuas”.(BARBOSA, 2013, 192)



Imagem 16: Organização do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

Com afirma Viviane Barbosa (2013, p.197-201), as trocas de experiências nos espaços possibilitados pelas pastorais ligadas a Ala Progressista da Igreja Católica, sindicatos, associações, entre outros espaços, foi importante para a

¹⁰ Ver o trabalho de BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 (Tese de doutorado).

construção das bases do movimento. A construção de redes sociabilidade nas suas próprias experiências cotidianas foi fundamental para a consolidação do movimento.

Mas se há uma multiplicidade de instituições e sujeitos que, de algum modo, relacionam-se ao surgimento e desenvolvimento do MIQCB, este movimento tem sua base no próprio cotidiano das quebradeiras de coco. Foram, sobretudo, das experiências em conflitos e das caminhadas em direção dos babaçuais ou durante a quebra do coco babaçu, atividades frequentemente realizadas em grupo, que derivam sociedades de assistência mútua, formas originais de organização, como as que levaram ao processo de fundação daquele movimento. Foi, sem dúvida, a exploração e a criação de oportunidades por parte das quebradeiras de coco que possibilitaram a formação do MIQCB. (BARBOSA, 2013, 201)

As experiências coletivas dessas mulheres é a base fundante para a consolidação do movimento. Essa sociabilidade pode ser refletida ao longo do documentário, em que suas ações são feitas em conjunto, como por exemplo, a coleta e a quebra de coco, a fabricação de produtos provenientes do coco babaçu, atividades lúdicas ao cantar a música.



Imagem 17: Atividades coletivas das Quebradeiras de coco.
Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

A construção da identidade das quebradeiras de coco foi sendo formado na própria experiência de suas lutas, em que suas atuações nos conflitos apontados como elementos aglutinadores sinalizam para um eixo comum entre as mulheres

envolvidas, levando em consideração questões específicas em que o envolvimento não se deu de forma única entre elas, mas comungavam de dificuldades pela sobrevivência e preservação do seu trabalho. Dessa forma, buscaram coletivamente estratégias para suas ações.

As mulheres envolvidas com a quebra do coco construíram historicamente uma identidade própria baseada no empoderamento e no enfrentamento de situações adversas. A construção da identidade de *quebradeiras de coco* foi algo lento e processual. Inicialmente, muitas mulheres espalhadas pelo estado tinham como principal atividade a quebra de coco e eram vistas pela sociedade local como quebradeira de coco, entretanto, esta não era uma identidade coletivamente pensada, usada e reinventada por elas. A partir da década de 1980, essa identidade foi sendo definida e construída em mobilizações pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu. (BARBOSA, 2013, 195).

Na construção de uma memória social de determinado grupo, em que pese a instituição de uma identidade, a organização de determinados fatos que são acionados na narrativa, passam por um processo de negociação, disputas e seleções do que deve ou não ser acionado como elementos constituinte da memória do grupo. Assim, a experiência desses grupos atende a um encadeamento que permitam sentidos e significados.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ele é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.5)

Para além de uma luta de construção de uma identidade, as demandas quebradeiras de coco também atingiu a esfera Legislativa, ao reivindicarem leis que garantisse o acesso livre aos babaçuais, proteção aos recursos naturais e melhores condições para à atividade extrativista. “Com a assessoria de intelectuais e técnicos, as quebradeiras de coco construíram um formato de lei denominado *Lei Babaçu Livre*, o qual determina o uso comunal dos babaçuais, podendo ser este recurso explorado ainda que esteja em áreas privadas”. (BARBOSA, 2013, 207)

A luta pela implementação da *Lei Babaçu Livre* é uma reivindicação pontuada no documentário. Apesar do dispositivo jurídico ter sido aprovado em alguns municípios onde a atividade extrativista é praticada, no entanto, na prática não é resguardada. Assim, os conflitos continuam e a luta pela efetivação da lei é uma demanda presente.



Imagem 18: Reivindicação das quebradeiras de coco babaçu pela aprovação da *Lei Babaçu Livre*.

Fonte: Sequência de fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016) .

Os autores Miguel Araújo; Erika Dmitruk; João Moura (2014, p.142-144) apontam para as dificuldades de acesso aos babaçuais encontradas pelas quebradeiras de coco no município de Dom Pedro, pois não conseguem estabelecer acordos com os fazendeiros, além de não ter uma associação que represente socialmente e politicamente, o que acaba impactando na visibilidade e no reconhecimento da sua luta.

Assim, como não contam com a ajuda por parte do poder público em regularizar leis que venham a garantir a atividade extrativista do coco babaçu, preservação ambiental, melhores condições de vida e de trabalho. Demandas que também são ratificadas no documentário.

Assim, a proteção da atividade das quebradeiras de coco, inserida na ideia de conhecimento tradicional, deverá ser tutelada pela União e pelos Estados, o que pressupõe a proteção do meio ambiente como requisito para a efetiva tutela do bem principal, pois não se protegendo a árvore, não haverá como exercer a atividade. (ARÚJO; DMITRUK; MOURA, 2014, p.149)

Avanços podem ser percebidos em alguns municípios maranhenses, em que as leis estão sendo implementadas em apoio ao babaçu livre, porém em Dom Pedro como em outros municípios a luta continua, pois tentativas têm sido barradas na câmara municipal. Dessa forma, busca-se conquistar o direito de acesso livre aos babaçuais e proteção ao meio ambiente, questões essenciais para a manutenção de

uma atividade cultural e histórica, quebradeiras de coco. O documentário termina como uma reflexão pontuada no início, acerca do que por muito tempo foi lida como um limite da luta, agora passa a não ser mais um limite, ultrapassá-la é uma conquista cotidiana das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

QUESTÕES

01. Qual o tema do filme?

02. Elabore a síntese da obra fílmica *As quebradeiras de Dom Pedro*, destacando quais os principais elementos que chamaram sua atenção?

03. Discorra sobre as transformações decorrente do processo de cercamento e seus impactos na organização social no meio rural.

04. A partir da análise do filme o que você entende por arrendamento? Justifique sua resposta.

05. A partir da análise do depoimento de dona Maria Celsa, qual a importância do extrativismo do coco babaçu e da construção da sua identidade de quebradeiras de coco acionada em sua narrativa?

“[...] Mas a renda do sabão é muito importante e a do babaçu também, e tem renda pra nós. O povo diz que não tem, deles falam: o que é que o coco é? Os fazendeiros mesmo dizem né, que derruba as palmeiras porque coco não vale nada, coco não tem sentido pra nada, mas pra mim tem, que eu sou uma quebradeira”. (Maria Celsa, *As quebradeiras de Dom Pedro*, 2016)

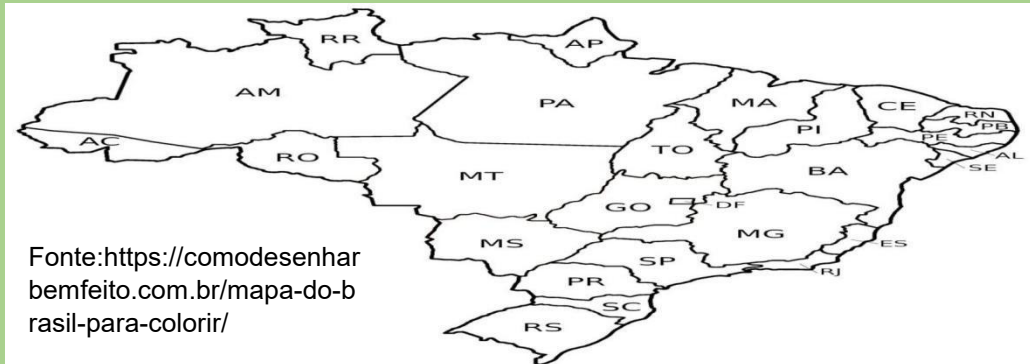
06. Qual a importância da autonomia das mulheres na coleta, quebra e comercialização do coco babaçu?

07. Análise o depoimento de dona Durvalina, e aponte quais os impactos provenientes da destruição das palmeiras de babaçu? Justifique sua resposta.

“Porque aqui a lei mais é pra quem tem dinheiro, pra nós pobre não existe. Se daqui uns dez continuar assim não tem mais coco pra nós, e é do coco que a gente sobrevive. Aí se acabar como é que nós vamos ficar?” (Durvalina, *As quebradeiras de Dom Pedro*, 2016)

08. Explique com suas palavras o objetivo do MIQCB e a importância de sua criação para a luta das mulheres quebradeiras de coco?

09. Localize no mapa os estados que fazem parte do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, e discorra sobre a importância dos espaços de atuação não serem restritos ao Maranhão.



Fonte: <https://comodesenharbemfeito.com.br/mapa-do-brasil-para-colorir/>

10. Qual o objetivo da Lei do Babaçu Livre e sua importância para a consolidação do agro extrativismo?

Dialogando com as fontes

Entrevista



Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Disponível: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15097-morre-dona-dii%C3%A9,-l%C3%A>

A História Oral é uma metodologia que nos permite analisar como os sujeitos reconstruem o seu passado a partir de suas interpretações no presente. Dessa forma, trabalharemos com a entrevista de Maria de Jesus Bringelo, dona Dijé, uma líder quilombola com importante atuação no MIQCB. Maria de Jesus Bringelo, faleceu no dia 14 de setembro de 2018, no Quilombo de Monte Alegre, no município de São Luiz Gonzaga (MA).

As narrativas da luta pela terra, que também incidem na luta pela preservação e acesso livre aos babaçuais são tecidas em uma memória coletiva que perpassa também a memória individual dos conflitos. As narrativas são mediadas pelo lugar social de sua fala, suas ideologias e pelas socializações nas instituições por onde passaram, diversas forças sociais interferem direta ou indiretamente no trabalho elaborativo da memória¹¹. Conforme Portelli (1996), o fato narrado é marcado também por várias representações, que o sujeito vai acionando ao longo da narrativa, o que implica na forma como ele organiza o fato. A interação entre "fatos" e "representações" perpassa a história oral.

Para Maurice Halbwachs (2006), a construção da memória está diretamente ligada a um coletivo, que potencializa a evocação de lembranças de um passado que se torna cada vez mais "vivo" na memória de um indivíduo que pertence ao grupo social que o ajuda a evocar o passado. O que lembramos no presente está ligado aos nossos quadros sociais, que de alguma forma nos faz lembrar experiências anteriores. Mesmos que possamos considerar uma memória coletiva não a entendemos de forma apaziguadora e sem conflitos. Nesse intuito, busco também refletir sobre determinadas particularidades do sujeito que narra, interpreta e reconstitui sua experiência.

O trabalho de Michel Pollak (1989) sinaliza uma nova perspectiva, ao analisar os processos e atores que participam e institucionalizam a memória coletiva e as formas opressoras que dela se utilizam. Em um cenário de disputas de memórias, algumas tidas como subterrâneas em um dado momento ressurgem, e o que era silenciado passa a ser dizível.

Salienta-se também a problemática dos silêncios e esquecimentos acionados nas narrativas, que longe de ter apagado suas memórias, sobretudo as traumáticas, passam pelas fronteiras do indizível, são formas de resistência e construção de uma identidade narrativa, a partir de um enredo narrativo marcado pela negociação entre as disputas de memórias. "Um passado que permanece mudo é talvez menos o produto do esquecimento do que de uma gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em algum momento da vida". (POLLAK, 2003, p.43). Dessa forma, trabalho na perspectiva de múltiplos sujeitos que narrem e

¹¹ Cf. JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. In: **Los trabajos de la memoria**. Madrid: SigloVeintiuno, 2002. p. 39-62.
(Re) Construindo Memórias:

interpretam suas experiências, e tem possibilitado que novas narrativas ganhem visibilidade em determinados contextos e temporalidades.

[...] porque na verdade essa história de, de “coco preso” ele vem se dar quando entra a pecuária, porque não tinha muito essa história de derrubada de palmeiras. Eu conheci aqui, eu ainda conheci aqui que era proibido derrubar palmeira, era proibido tirar palmito, tudo isso não podia porque se tirasse um palmito, derrubasse uma palmeira era preso e ia lá para São Luiz Gonzaga né, e depois que chegou a tal do, da pecuária foi que começou, porque começou o desmatamento, começou a derrubada da palmeira... assim, começou todas as coisas, aparecer coisas que nós não tinha conhecimento, nós não conhecia. Nós nunca tinha visto nem um trator roçando mato aqui. Eu fui vendo um trator derrubando mato aqui, derrubando palmeira ali na Santa Isabel quando eles [fazendeiros] começaram a derrubar para fazer os capim... isso aqui a gente não conhecia.[..] arame, terra cercada, aqui não tinha! Aqui tudo era... aqui tinha muita mata, a roça aqui se trabalhava era por cerca, as rosas eram cercadas e os bichos aqui eram soltos, não eram presos. Agora depois que chegou a pecuária ai foi que mudou todo o sistema (informação verbal).

Trecho de entrevista de Maria de Jesus Bringelo, concedida a Prof. Dra.Viviane de Oliveira Barbosa, 15 de janeiro de 2012, em São Luís Gonzaga- MA.

Fonte: BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013, p.172.

Questões

01. Analise a entrevista de Maria de Jesus Brinjelo, e aponte quais transformações passam a ser sentida a partir do desenvolvimento da pecuária?

02. O que você entende por “coco preso”? Justifique sua resposta.

XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO

Letra e música: João Filho ou João Abelha de Praia Norte do Tocantins

Refrão: Ei, não derruba esta palmeira.
Ei, não devore os palmeirais.
Tu já sabes que não podes derrubar,
precisamos preservar as riquezas naturais!

O coco é para nós grande riqueza,
é obra da natureza, ninguém vai dizer que não.
Porque da palha se faz casa pra morar
Já é um meio de ajudar a maior população.

Se faz o óleo pra temperar comida,
é um dos meios de vida pra os fracos de condição.
Reconhecemos o valor que o coco tem,
a casca serve também para fazer o carvão.

Com óleo de coco, as mulheres caprichosas
fazem comidas gostosas de uma boa estimação
Merece tanto seu valor classificado que,
com o óleo apurado, se faz o melhor sabão.

Palha de coco serve pra fazer chapéu,
da madeira faz papel ainda aduba o nosso chão.
Talo de coco também é aproveitado,
faz quibane, faz cercado pra poder plantar feijão

A massa serve para alimentar o povo.
Tá pouco o valor do coco, precisa dar atenção
Para os pobres, este coco é meio de vida.
Pisa o coco, Margarida! E bota o leite no capão.

Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!
Seja um pouco mais corajosa, segura na minha mão.
Lutemos juntas com coragem e com amor
Para o governo dar valor a esta nossa profissão.

Fonte: **CANTO E ENCANTOS NOS BABAÇUAIS: músicas sob domínio popular selecionadas por "As Encantadeiras"**. 2014, p. 08-09. Disponível : https://www.academia.edu/30752536/CANTO_E_ENCANTO_NOS_BABA%C3%87UAIS_m%C3%BAsicas_sob_dom%C3%ADnio_popular_selecionadas_por_As_Encantadeiras_2014

QUESTÕES

01. Qual o tema da música XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO?
02. Analise a letra da música XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO e elenque possíveis usos da palmeira e do coco babaçu.
03. Qual a importância do coco babaçu? Justifique sua resposta utilizando frases da música XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO.

Indicações de leituras

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. **Sequência Florianópolis**, n.68, p129-157, jun. 2014.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E A REFUNCIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL NA MICRORREGIÃO DO MÉDIO MEARIM MARANHENSE**. Dissertação (Mestre em Geografia) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O Associativismo em Áreas de Babaçuais: A Experiência das Organizações de Trabalhadores Rurais do Município de Lago do Junco - MA Associadas à ASSEMA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural, Rio de Janeiro, 2007.

Glossário

Arrendamento: Aluguel de um bem imóvel por determinado prazo, e sujeito a cobrança de um valor específico estipulado pelo dono do bem em questão.

Mutirões: São ações coletivas desenvolvidas pelas famílias camponesas, acionadas como instrumento de luta para solucionar alguma questão eminente do grupo. Essa prática comunitária pode ser voltada para cultivar ou colher uma roça, construir uma casa, reconstruir povoados, etc.

Safra: Período da colheita de um produto agrícola.

Soltas: São áreas que eram utilizadas para agricultura, mas como passa a ser semeado capim nessas terras, tornam-se inadequadas para o plantio, são destinadas a pastagem, mas condensam uma quantidade de palmeiras de babaçu em sua extensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflitos de Terra no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 57p. (Transformações, Econômicas e sociais no Campo Maranhense, volume 6).

ANDRADE. Maristela de Paula. CONFLITOS AGRÁRIOS E MEMÓRIA DE MULHERES CAMPONESAS. **Estudo feministas**, Florianópolis, mai-ago, 2007.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o "novo sindicalismo"? Caminhos e descaminhos de uma política sindical. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**/ Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. **Sequência Florianópolis**, n.68, p129-157, jun. 2014.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras dos Carajás**. Imperatriz- MA: Ética, 2009.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E A REFUNCIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL NA MICRORREGIÃO DO MÉDIO MEARIM MARANHENSE**. Dissertação (Mestre em Geografia) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Vivências Rurais, Narrativas Múltiplas: Memórias e Lutas Sociais em Terras Maranhenses** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: julho 2011.

_____. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. Tese de doutorado- Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói: UFF, 2013.

BRUNO, Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez, 2003, p.284-310.

BUENO, Caroline Tapia AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO FEMININO: O Caso da Localidade de Picada Feliz, 7º distrito de São Lourenço do Sul/RS.VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, nov, 2007.

CAMELO, Júlia Constança Pereira. **O Cordel e o Migrante nordestino: companheiros de viagem**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

COMISSÃO Pastoral Da Terra. **Conflitos de terras no Brasil-1985**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 1988**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: **História do Maranhão em Tempos de República**. BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). 1 ed. São Luís/ MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

_____. FERREIRA. Marcia Milena Galdez. RUMO AO MARANHÃO: TEIAS MIGRATÓRIAS E MEMÓRIA DIVIDIDA. **Tempos Históricos**, Vol 23, 2º semestre, 2019, p. 342-374.

_____. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**, 2015. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz Câmera e história: práticas de ensino com cinema**. -1. ED. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Práticas Docentes)

JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. In: **Los trabajos de la memoria**. Madri: SigloVeintiuno, 2002. p. 39-62.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O Associativismo em Áreas de Babaçuais: A Experiência das Organizações de Trabalhadores Rurais do Município de Lago do Junco - MA Associadas à ASSEMA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural, Rio de Janeiro, 2007.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA**. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p.126-141.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez.1993.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. Disponível em: < <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> > Acessado em: 03/05/2017.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.9-27, 1995.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Chivitella Val diChiana. (Toscana, 29 de julho de 1949): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Fontes Orais

TEMME, Adolfo. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Terezina, 2019.

Murilo, Santos. Questionário realizado por Jaciara Leite Frazão em São Luís, abr, 2020.

Crônica

TEMME, Adolfo. Ferreiro da Reforma. 1985

Audiovisuais

SANTOS, Murilo. **As quebradeiras de Dom Pedro**. Direção: Murilo Santos, Produção: Comissão Pastoral a Terra- Dom Pedro (CNBB - NE 5). São Luís, 2016.

_____. **Quem matou Elias Zi?** Direção: Murilo Santos, Produção: Aída Marques. São Luís: Brasiliana Produções Artísticas, 1982.

Música

JOÃO FILHO. Xote das quebradeiras de coco, de João Filho. In: **CANTO E ENCANTOS NOS BABAÇUAIS**: músicas sob domínio popular selecionadas por "As Encantadeiras". 2014, p.08. Disponível : https://www.academia.edu/30752536/CANTO_E_ENCANTOS_NOS_BABA%C3%87UAIS_m%C3%BAsicas_sob_dom%C3%ADnio_popular_selecionadas_por_As_Encantadeiras_2014.